

ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS	7
BIBLIOGRAFIA ABREVIADA.....	11
INTRODUÇÃO	33
1. Noção e objecto do Direito da Família	33
1.1. Noção tradicional de Direito da Família	33
1.2. A família em sentido jurídico	33
1.3. O alargamento do objecto do Direito da Família.....	37
2. O Direito da Família enquanto ramo do Direito Civil	39
2.1. O Direito da Família enquanto Direito.....	39
2.2. O Direito da Família na dicotomia Direito Público-Direito Privado	41
3. Plano, fontes e bibliografia	45
3.1. Plano de leccionação do Direito da Família.....	45
3.2. Fontes do Direito civil da Família	48
3.3. Bibliografia geral da disciplina de Direito da Família.....	52
4. A demanda do critério de relação jurídica familiar.....	55
4.1. O elenco legal de fontes de relações jurídicas familiares.....	55
4.2. A qualificação como relação jurídica familiar	56
4.3. Referência genérica ao casamento e à adopção	57
5. O parentesco	60
5.1. Noção de parentesco; graus e linhas.....	60
5.2. Efeitos do parentesco.....	61
5.3. Extinção do vínculo de parentesco.....	63
6. A afinidade	63
6.1. Noção de afinidade; graus e linhas	63
6.2. Efeitos e extinção do vínculo de afinidade.....	64
7. A hipótese de relações jurídicas familiares inominadas	66
7.1. A identificação do critério de relação jurídica familiar	66
7.2. Relações familiares inominadas e relações parafamiliares	68

8. A obrigação de alimentos enquanto efeito das relações familiares e parafamiliares	72
8.1. A importância da obrigação de alimentos no Direito da Família	72
8.2. Natureza e regime da obrigação de alimentos	73
9. Características do Direito da Família	80
9.1. Permeabilidade à realidade social	80
9.2. Crescente internacionalização	84
9.3. Prevalência da dimensão pessoal sobre a patrimonial	85
9.4. Recurso a conceitos indeterminados	86
9.5. Profusão de normas injuntivas	86
9.6. Oscilação entre institucionalismo e individualismo ético	87
9.7. Lógica de protecção.....	88
9.8. Grande abertura ao uso da mediação e de outros métodos alternativos de resolução de conflitos	89
10. Características das situações jurídicas familiares.....	91
10.1. Natureza estatutária.....	91
10.2. Indisponibilidade	92
10.3. Durabilidade virtual	93
10.4. Funcionalidade acentuada	93
10.5. Oponibilidade <i>erga omnes</i>	94
10.6. Tipicidade.....	95
10.7. O problema da garantia.....	95
11. O regime constitucional das matérias que são objecto do Direito da Família	98
11.1. Normas da Constituição da República Portuguesa com relevo <i>jusfamiliar</i>	98
11.2. Princípios constitucionais aplicáveis à generalidade das matérias que são objecto do Direito da Família, fundados em normas preceptivas.....	99
11.3. Princípios constitucionais de Direito Matrimonial, fundado em normas preceptivas.....	102
11.4. Princípios constitucionais de Direito da Filiação, fundados em normas preceptivas.....	105
11.5. Princípios de protecção consagrados em normas programáticas	108
12. O Direito Europeu da Família.....	109
12.1. Uniformização e unificação do Direito da Família no território da União Europeia	110
12.2. Regulamentos com incidência familiar	114

PARTE I – DIREITO DA FILIAÇÃO	119
Capítulo I – Constituição do vínculo de filiação	119
Secção I – Noção e modalidades de filiação	119
1. Noção de filiação	119
2. Modalidades de filiação	127
2.1. Filiação biológica	127
2.2. Filiação adoptiva	128
2.3. Filiação por consentimento não adoptivo.....	128
3. Critério biológico e critério social ou “afectivo”	129
Secção II – Estabelecimento da filiação, no caso de procriação através de acto sexual	133
4. A distinção entre estabelecimento da maternidade e estabelecimento da paternidade	133
5. Estabelecimento da maternidade	135
5.1. Enunciado de modos de estabelecimento da maternidade.....	135
5.2. Declaração de maternidade	136
5.3. Reconhecimento judicial da maternidade	141
5.4. A averiguação oficiosa da maternidade	145
6. Estabelecimento da paternidade	148
6.1. Enunciado de modos de estabelecimento da paternidade	148
6.2. A distinção entre filiação dentro e fora do casamento	149
6.3. O momento da concepção	152
6.4. A presunção de paternidade	153
6.5. A perfilhação	157
6.6. O reconhecimento judicial da paternidade	166
6.7. A averiguação oficiosa da paternidade	180
Secção III – Constituição da adopção	183
7. Noção e modalidades de adopção	183
7.1. Noção de adopção	183
7.2. Modalidades de adopção	188
8. Requisitos da adopção interna	190
8.1. Enunciado de requisitos	190
8.2. Requisitos quanto ao adoptando	190
8.3. Requisitos quanto ao adoptante	191
8.4. Requisitos quanto à relação entre o adoptando e o adoptante	194
8.5. Requisitos da adopção quanto a terceiros	197

8.6. Requisitos da adopção quanto a terceiros (cont.): o consentimento dos pais do adoptando	199
8.7. Observações finais	200
9. O processo de adopção interna.....	200
10. Particularidades da adopção plena	203
10.1. A proibição de constituição e prova do vínculo de filiação biológica.....	203
10.2. O segredo da identidade	205
11. A adopção internacional	206
11.1. A adopção internacional de menores residentes em Portugal	207
11.2. A adopção internacional de menores residentes no estrangeiro.....	207
Secção IV – Estabelecimento da filiação, no caso de procriação medicamente assistida	208
12. A procriação medicamente assistida	209
12.1. Noção de procriação medicamente assistida	209
12.2. Técnicas de procriação medicamente assistida.....	210
12.3. Enunciado de questões suscitadas pela procriação medicamente assistida	213
12.4. A legislação sobre procriação medicamente assistida.....	213
12.5. Motivos legítimos de recurso à procriação medicamente assistida	218
12.6. Os beneficiários do acesso à procriação assistida.....	220
12.7. A admissibilidade dos processos heterólogos.....	227
12.8. O anonimato do dador	228
12.9. A maternidade de substituição	231
12.10. A procriação assistida post mortem	243
12.11. O destino dos embriões excedentários.....	244
13. O estabelecimento da filiação, nos casos de procriação medicamente assistida homóloga e parcialmente heteróloga.....	247
13.1. O estabelecimento da filiação, na procriação medicamente assistida homóloga	247
13.2. O estabelecimento da filiação, na procriação assistida parcialmente heteróloga	251
Secção V – Constituição da filiação por consentimento não adoptivo.....	252
14. Noção de filiação por consentimento não adoptivo.....	253
15. Concretizações de filiação por consentimento não adoptivo.....	256

Capítulo II – Efeitos da filiação	262
Secção I – Generalidades	262
16. As condições de eficácia da filiação	262
16.1. A constituição legal do vínculo	262
16.2. O registo	263
17. O momento de produção dos efeitos da filiação	263
17.1. O momento de produção dos efeitos da filiação biológica	263
17.2. O momento de produção dos efeitos da filiação adoptiva	263
17.3. O momento de produção dos efeitos da filiação por consentimento não adoptivo	264
18. O princípio da não distinção quanto aos efeitos da filiação	264
18.1. Proibição da discriminação dos filhos nascidos fora do casamento	264
18.2. Proibição da discriminação dos filhos nascidos em resultado da utilização de técnicas de procriação medicamente assistida	264
18.3. Tendencial sujeição das outras modalidades de filiação ao regime de eficácia previsto para a filiação biológica	264
18.4. Particularidades da adopção restrita	265
19. Ordem subsequente	267
Secção II – Efeitos gerais da filiação	267
20. Deveres paternofiliais.....	267
20.1. A enumeração legal de deveres paternofiliais	267
20.2. O dever de respeito.....	268
20.3. O dever de auxílio	269
20.4. O dever de assistência	269
20.5. Conexão com o Direito Tutelar	270
20.6. Caracteres dos deveres paternofiliais e das situações jurídicas activas correspondentes.....	271
20.7. Articulação dos deveres fundados em diversas relações familiares a que esteja vinculado o mesmo titular	271
21. Outros efeitos gerais da filiação	273
21.1. O nome do filho.....	273
21.2. A nacionalidade do filho	277
21.3. A entrada e permanência no território português	278
Secção III – As responsabilidades parentais	278
22. Noções	278
22.1. Conceito de responsabilidades parentais	279
22.2. Caracteres das responsabilidades parentais	281

22.3. Natureza jurídica das responsabilidades parentais	286
22.4. O registo das decisões relativas às responsabilidades parentais	289
23. Conteúdo das responsabilidades parentais	290
23.1. Enunciado de situações jurídicas compreendidas nas responsabilidades parentais	290
23.2. O poder-dever de guarda	291
23.3. O poder-dever de dirigir a educação	293
23.4. O dever de prover ao sustento	295
23.5. O poder-dever de representação	295
23.6. O poder-dever de administração dos bens	297
23.7. O dever de obediência e a autonomia do menor	298
24. Exercício das responsabilidades parentais	300
24.1. Exercício em comum das responsabilidades parentais e exercício por um só dos pais; hipóteses de exercício por terceiro	300
24.2. Particularidades do exercício das responsabilidades parentais nos casos de progenitores que nunca viveram juntos, que se divorciaram ou se separaram	306
25. Inibição e limitações ao exercício das responsabilidades parentais	320
25.1. Preliminares	320
25.2. Inibição do exercício das responsabilidades parentais	320
25.3. Limitações ao exercício das responsabilidades parentais	323
26. Meios de suprimento das responsabilidades parentais	325
26.1. Preliminares	325
26.2. Tutela	326
26.3. Administração de bens	328
Capítulo III – Extinção do vínculo de filiação	329
27. Enunciado de modos de extinção do vínculo de filiação	329
Secção I – Extinção retroactiva do vínculo de filiação	330
28. Extinção retroactiva da filiação biológica	330
28.1. Extinção retroactiva da maternidade estabelecida	330
28.2. Extinção retroactiva da paternidade estabelecida	332
29. Extinção retroactiva da filiação adoptiva	340
30. Extinção retroactiva da filiação por consentimento não adoptivo	341
Secção II – Extinção não retroactiva do vínculo de filiação	344
31. A extinção por morte do vínculo de filiação	344
32. Outros casos de extinção não retroactiva	347

PARTE II – DIREITO TUTELAR	351
Capítulo I – Protecção de crianças e jovens em perigo	351
1. A protecção de menores	351
1.1. A protecção de menores em geral	351
1.2. A protecção civil de menores	352
2. A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo	353
2.1. O significado da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo	353
2.2. Articulação entre a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, a Lei Tutelar Educativa e a Organização Tutelar de Menores	354
3. A intervenção para protecção da criança e do jovem em perigo	355
3.1. O pressuposto da situação de perigo	355
3.2. Princípios orientadores da intervenção	357
3.3. Comunicação de situações de crianças e jovens em perigo	357
3.4. Competência para intervir	358
4. Medidas de promoção dos direitos e de protecção das crianças e dos jovens em perigo	360
4.1. Enumeração	360
4.2. Classificações	361
4.3. Prioridade a observar na aplicação das medidas de promoção e protecção	362
4.4. Medidas de promoção e protecção em especial	363
4.5. Os acordos de promoção e protecção	368
4.6. Execução, duração, revisão e cessação das medidas de promoção e protecção	369
4.7. O processo	371
Capítulo II – O apadrinhamento civil	373
5. Noção de apadrinhamento civil	373
6. Constituição do apadrinhamento civil	374
7. Efeitos do apadrinhamento civil	377
8. Extinção do apadrinhamento civil	379
9. Natureza jurídica do apadrinhamento civil	381
Capítulo III- Protecção dos idosos	382
10. A protecção constitucional dos idosos	382
10.1. O art. 67º, nº 2, al. b), da CRP	382
10.2. O art. 72º da CRP	382

11. A protecção civil dos idosos	383
11.1. A insuficiência da protecção civil dos idosos	383
11.2. Os deveres filiais enquanto instrumentos de protecção	386
11.3. O acolhimento familiar de pessoas idosas	387
11.4. A necessidade de uma mudança.....	387
PARTE III – DIREITO MATRIMONIAL.....	389
Capítulo I – Constituição do vínculo matrimonial	389
1. Noção e modalidades do casamento.....	389
1.1. Noção de casamento civil	389
1.2. Modalidades do casamento	392
2. Promessa de casamento	395
2.1. Noção e requisitos da promessa de casamento	395
2.2. Efeitos.....	396
3. Requisitos de fundo do casamento civil.....	398
3.1. O desaparecimento do requisito da heterossexualidade (“possibilidade legal”).....	398
3.2. Capacidade	404
3.3. Consentimento	420
4. Formalidades do casamento civil.....	426
4.1. A solenidade do casamento	426
4.2. Formalidades do casamento civil celebrado por forma civil	427
4.3. O registo do casamento	431
4.4. Formalidades do casamento civil celebrado por forma religiosa.....	433
4.5. Casamento urgente.....	435
4.6. Casamento de portugueses no estrangeiro e de estrangeiros em Portugal ...	437
5. Casamento católico.....	439
5.1. O casamento católico enquanto modalidade autónoma do casamento....	439
5.2. Formalidades civis do casamento católico	442
Capítulo II – Efeitos do casamento.....	446
Secção I – Generalidades.....	446
6. O <i>status</i> ou estado de casado.....	446
7. O princípio da igualdade dos cônjuges.....	450
8. Os acordos sobre a orientação da vida em comum.....	451
9. A tutela da personalidade no casamento e a ideia do núcleo intangível da comunhão conjugal	453

Secção II – Deveres dos cônjuges.....	456
10. A centralidade e dificuldade da matéria dos deveres conjugais	456
11. O dever de respeito	457
12. O dever de fidelidade	459
13. O dever de coabitação.....	461
14. O dever de cooperação	464
15. O dever de assistência.....	466
16. Características dos deveres conjugais e das situações jurídicas activas correspondentes.....	474
Secção III – Efeitos do casamento no domínio do nome, da filiação, da nacionalidade, da entrada e permanência no território português	482
17. O apelido dos cônjuges.....	482
18. A filiação na constância do matrimónio	484
19. Casamento, nacionalidade, entrada e permanência no território português...	487
Secção IV – Efeitos predominantemente patrimoniais do casamento	489
20. Preliminares.....	489
21. Convenções antenupciais.....	490
21.1. Noção de convenção antenupcial	490
21.2. O conteúdo da convenção antenupcial.....	491
21.3. A capacidade para celebrar convenções antenupciais	500
21.4. Forma e registo da convenção.....	501
21.5. Revogação e modificação da convenção	503
21.6. Invalidade e caducidade da convenção.....	506
22. Doações para casamento	507
22.1. Noção e espécies.....	507
22.2. Regime	508
23. Efeitos do casamento no campo do activo patrimonial	512
23.1. O regime de bens.....	512
23.2. A modificação superveniente do regime de bens	534
23.3. A administração dos bens do casal	539
23.4. Disposição dos bens do casal	561
24. Efeitos do casamento no campo do passivo patrimonial.....	570
24.1. Legitimidade dos cônjuges para contrair dívidas.....	570
24.2. Responsabilidade dos cônjuges pelas dívidas contraídas.....	570

24.3. Bens que respondem pelas dívidas dos cônjuges.....	576
24.4. Compensações devidas pelo pagamento das dívidas do casal.....	578
25. A partilha dos bens comuns do casal	579
25.1. Noção e pressupostos	580
25.2. O contrato-promessa de partilha e a partilha, antes da cessação das relações patrimoniais dos cônjuges ou da separação superveniente de bens.....	581
25.3. A situação dos bens no período que decorre entre a cessação das relações patrimoniais dos cônjuges, ou separação superveniente de bens, e a partilha	583
25.4. Formas de partilha	584
25.5. As operações da partilha	585
26. Os contratos entre cônjuges	589
26.1. As doações entre casados.....	589
26.2. Outros contratos entre os cônjuges	593
Secção V – Efeitos do casamento em situações de ruptura da vida em comum.....	596
27. A separação de facto	596
27.1. Noção de separação de facto.....	597
27.2. Efeitos da separação de facto	598
28. A separação de pessoas e bens.....	602
28.1. Noção e natureza da separação de pessoas e bens.....	602
28.2. Efeitos da separação de pessoas e bens	603
28.3. Causas de cessação da separação de pessoas e bens	605
Capítulo III – Extinção do vínculo matrimonial.....	608
Secção I – Invalidade do casamento.....	608
29. Valores negativos do casamento civil	608
29.1. Inexistência.....	608
29.2. Anulabilidade	609
30. A nulidade do casamento católico.....	611
30.1. Causas de nulidade e regime da declaração de nulidade.....	611
30.2. Regime dos efeitos civis da declaração de nulidade.....	611
31. Casamento putativo	613
31.1. Noção e natureza jurídica.....	613
31.2. Requisitos gerais do casamento putativo	613
31.3. Regime geral de eficácia putativa	614
31.4. Casos especiais de eficácia putativa.....	616

Secção II – Dissolução por morte	617
32. Efeitos da dissolução por morte	617
Secção III – Divórcio.....	619
33. Generalidades.....	619
33.1. Noção de divórcio; evolução histórica do respectivo regime	619
33.2. Modalidades de divórcio.....	621
33.3. O direito ao divórcio	623
34. Divórcio por mútuo consentimento.....	624
34.1. Pressupostos	625
34.2. Processo	625
35. Divórcio litigioso sem consentimento de um dos cônjuges (ou divórcio litigioso em sentido restrito)	628
35.1. Causas.....	629
35.2. Processo	630
35.3. Apreciação do sistema português de causas de divórcio sem consentimento de um dos cônjuges (ou divórcio litigioso em sentido restrito)	631
36. Efeitos do divórcio	633
36.1. O princípio da equiparação do divórcio à dissolução por morte.....	633
36.2. Oponibilidade dos efeitos do divórcio.....	633
36.3. Explicitação dos efeitos específicos do divórcio	634
36.4. Apreciação do regime português dos efeitos do divórcio	643
Secção IV – Outros casos de dissolução do casamento, além da morte e do divórcio	646
37. Celebração de novo casamento, após a declaração de morte presumida....	646
38. Mudança de sexo: de causa atípica de dissolução do casamento a possível fundamento de divórcio	647
39. Dispensa do casamento rato e não consumado	649
PARTE IV – DIREITO CONVIVENCIAL	651
Capítulo I – Constituição da união de facto	651
1. Noção de união de facto.....	651
2. Modalidades de união de facto	653
3. Requisitos da união de facto protegida	653



Capítulo II – Efeitos da união de facto	658
4. Efeitos gerais da união de facto	659
5. Efeitos específicos da união de facto protegida	663
Capítulo III – Cessação da união de facto.....	666
6. Causas de cessação da união de facto	666
7. A liquidação dos interesses patrimoniais.....	667
8. Efeitos específicos da cessação da união de facto protegida.....	668
8.1. Efeitos da cessação por morte	668
8.2. Efeitos da cessação por ruptura ou casamento de um dos membros da união de facto com terceiro	678
Capítulo IV – A convivência em economia comum.....	682
9. Noção e modalidades de convivência em economia comum	682
10. Efeitos específicos da convivência em economia comum protegida	684
Capítulo V – Natureza jurídica da união de facto e da convivência em economia comum.....	687
11. A união de facto enquanto figura que se aproxima mais da convivência em economia comum do que da união conjugal	697
12. A união de facto e a convivência em economia comum protegidas enquanto relações parafamiliares	689
13. A união de facto e a convivência em economia comum protegidas enquanto relações emergentes de actos jurídicos	690
Capítulo VI – União sem comunhão de habitação (LAT)?.....	692
14. A união sem comunhão de habitação.....	692
ÍNDICE	695